

**ILUSTRÍSSIMO SENHORA, KEILA APARECIDA PAIXÃO FERNANDES, DD.  
PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – ESTADO DE SANTA  
CATARINA**

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2023 PMN

**A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA** (empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 27.543.573/0001-18, com sede na Rua Gabriel Felizardo De Mello, nº 103, Guaiuba, Imbituba, SC) representada por Tiago Pereira (brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade de nº 4.603.827/SSP/SC, inscrito no CPF nº 007.281.739-99, residente e domiciliado na Rua Pedro de Carvalho, nº 64, Campo da Aviação, Imbituba, SC), tempestivamente, vem, com fulcro inciso XVIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão desse Pregoeiro que inabilitou a ora Recorrente, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

#### **DOS FATOS E DO DIREITO**

##### **Da irregular inabilitação**

Atendendo o chamamento dessa Instituição para o certame público, a ora Recorrente e demais licitantes, dele vieram participar.

Entretanto, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, o Pregoeiro entendeu por bem inabilitar a ora Recorrente e habilitar, declarando vencedora do certame, a empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, em total afronta as normas editalícias, bem como, em evidente espancamento à Lei de Licitações.



#### **A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.**

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapsperiravigilancia@gmail.com

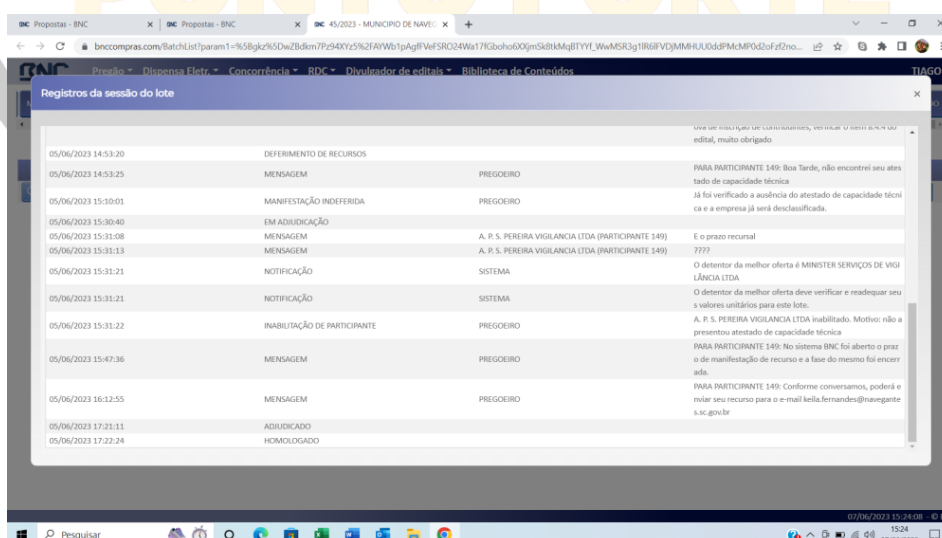
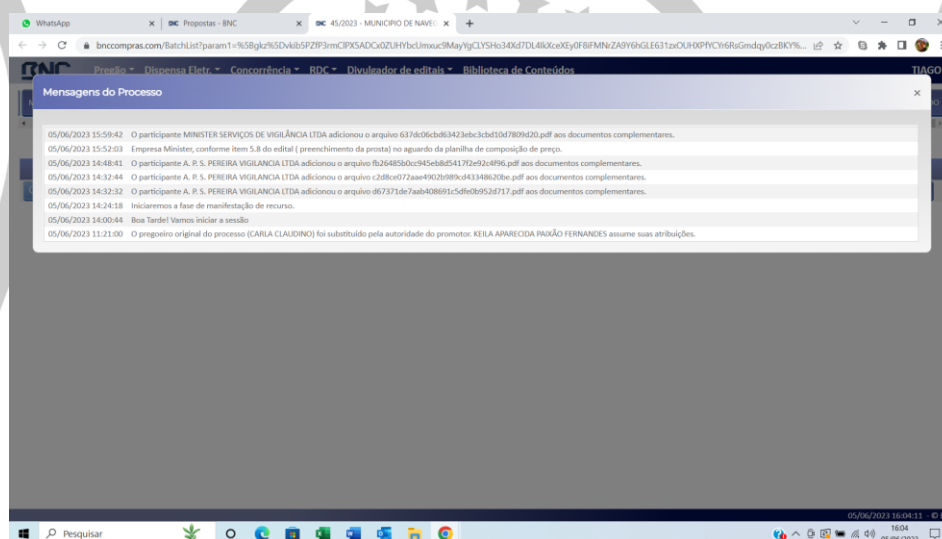
CNPJ: 27.543.573/0001-18

O fato ficou devidamente consignado nos **registros da sessão do lote**, momento em que a Recorrente já manifestou que apresentaria o presente Recurso.

O recurso administrativo é uma ferramenta utilizada em licitações públicas para questionar as decisões administrativas e resguardar os direitos dos licitantes.

Dúvidas não existem, que a d. Pregoeira, inabilitou a Recorrente por não ter esta, supostamente, apresentado os seus Atestados de Capacidade Técnica.

Todavia, diferentemente do lançado, foram sim os documentos devidamente juntados via sistema, como documentos complementares às 14h32m32s, 14h32m44s e 14h48m41s, sobrevindo ainda assim a decretação de inabilitação às 15h10m01s do dia 05.06.2023, veja-se:



**A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.**

WhatsApp: (48) 9 99570797

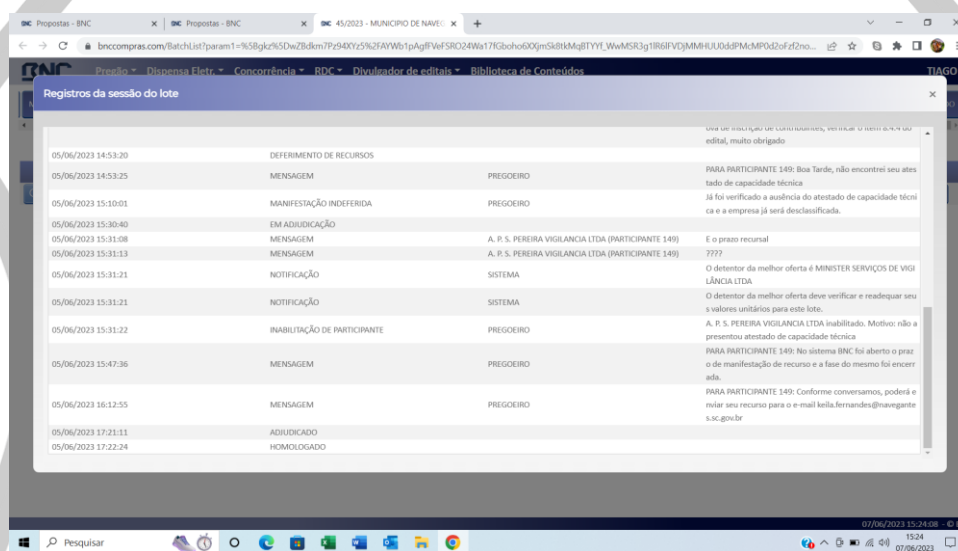
Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admappereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

De tal de decisão a ora Recorrente, como já antes citado, manifestou que apresentaria recurso, pugnando pela abertura do prazo recursal.

Todavia, novamente a d. Pregoeira, em total afronta as normas que regem todo e qualquer certame público, deu seguimento ao processo, declarando vencedora do certame a empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, adjudicando o objeto e homologando o certame público, observe-se:



Timestamp	Evento	Participante	Detalhes
05/06/2023 14:53:20	DEFERIMENTO DE RECURSOS		Uma vez analisado o recurso apresentado, não houve o devido deferimento, muito obrigado
05/06/2023 14:53:25	MENSAGEM	PREGOEIRO	PARA PARTICIPANTE 149: Boa Tarde, não encontrei seu estado de capacidade técnica.
05/06/2023 15:10:01	MANIFESTAÇÃO INDEFERIDA	PREGOEIRO	Já foi verificado a ausência do atestado de capacidade técnica e a empresa já será desclassificada.
05/06/2023 15:30:40	EM ADJUDICAÇÃO		
05/06/2023 15:31:08	MENSAGEM	A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA (PARTICIPANTE 149)	E o prazo recursal
05/06/2023 15:31:13	MENSAGEM	A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA (PARTICIPANTE 149)	????
05/06/2023 15:31:21	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta é MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
05/06/2023 15:31:21	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.
05/06/2023 15:31:22	INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA Inabilitado. Motivo: não apresentou atestado de capacidade técnica
05/06/2023 15:47:36	MENSAGEM	PREGOEIRO	PARA PARTICIPANTE 149: No sistema BNC foi aberto o prazo de manifestação de recurso e a fase do mesmo foi encerrada.
05/06/2023 16:12:55	MENSAGEM	PREGOEIRO	PARA PARTICIPANTE 149: Conforme conversamos, poderá enviar seu recurso para o e-mail keila.fernandes@navegantes.sc.gov.br
05/06/2023 17:21:11	ADJUDICADO		
05/06/2023 17:22:24	HOMOLOGADO		

Registre-se, até mesmo, que desrespeitada foi a norma esculpida no item 11.2.3 do edital, eis que determinou, a d. Pregoeira, que o Recurso fosse apresentado via correio eletrônico ([keila.fernandes@navegantes.sc.gov.br](mailto:keila.fernandes@navegantes.sc.gov.br)), novamente em total afronta aos mais básicos princípios do processo licitatório.

D. Pregoeira, sem mais quaisquer delongas, o certo é que a homologação de licitação antes de esgotado o prazo para interposição de recurso é **IRREGULARIDADE GRAVE** a ser atribuída à autoridade que homologou o certame, conforme jurisprudência assentada sobre o tema.

REPRESENTAÇÃO. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA ETAPA DE JULGAMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE COM BASE EM PREÇO UNITÁRIO NÃO ESPECIFICADO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. **HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO ANTES DO ESGOTAMENTO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.** RECURSO DE LICITANTE NÃO APRECIADO. **GRAVE VIOLAÇÃO À NORMA LEGAL E ATO**



**A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.**

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: [admappereiravigilancia@gmail.com](mailto:admappereiravigilancia@gmail.com)

CNPJ: 27.543.573/0001-18

**ANTIECONÔMICO**. MULTA. EXISTÊNCIA DE DÉBITO EM RAZÃO DA CONTRATAÇÃO POR PREÇO ACIMA DO PRÓPRIO VALOR DE REFERÊNCIA DO ÓRGÃO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO APARTADO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. ACÓRDÃO 1520/2013-PLENÁRIO. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. (Acórdão 1520/2013 do Plenário do TCU)

Ora, evidente que com a manifestação da ora Recorrente sobre sua intenção de apresentação do Recurso, deveria **obrigatoriamente** ser o procedimento paralisado à espera do julgamento do recurso, vez que por obviedade recurso tem eficácia suspensiva.

Ademais, registre-se ainda, que a decisão dessa d. Pregoeira, está por afrontar um dos princípios mais básicos de todo que qualquer certame público, qual seja, a busca pela proposta mais vantajosa.

Por último, é de se registrar que, ainda que os atestados de capacidade técnica tenham sido devidamente apresentados no momento oportuno, nunca é demais lembrar que o Tribunal de Contas da União (TCU) atesta, até mesmo, a possibilidade de o licitante, após a entrega da proposta original, apresentar documentos novos para fins de habilitação para suprir erro, falha ou **insuficiência**, a fim de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e o formalismo moderado (Acórdão nº 1211/2021, o Plenário do TCU).

Vale colação de trecho do voto do relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, o qual destacou que *"(...) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)".*

Ora, inabilitou-se uma proposta válida ofertada pela Recorrente, habilitando-se outra, com valor superior.

Em diversas oportunidades, nosso Tribunal de Contas da União, chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante, senão é de se observar:



**A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.**

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

*Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)*

**Deste modo, pugna-se pelo provimento do presente Recurso para o fim de que se reforme a decisão de desclassificação da ora Recorrente, com anulação de todos os atos posteriores, permitindo, ainda, acaso haja qualquer dúvida acerca dos atestados de capacidade técnica da Recorrente, seja permitida a juntada de qualquer outro que ateste condição pré-existente, tudo em festejo à prevalência do interesse público.**

### **DOS PEDIDOS**

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com anulação de todos os atos posteriores a desclassificação da Recorrente, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA** vencedora do certame em apreço.

Alternativamente, acaso não haja declaração imediata de vitória da Recorrente, o que não se acredita, admitindo-se apenas para argumentar, pugna-se pela promoção de diligências por parte dessa d. Pregoeira, a fim de que festejado reste o interesse público, com a seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, registra-se que já se apresentou DENÚNCIA no dia de hoje ao Tribunal de Contas dos Estado de Santa Catarina, acerca dos fatos.

Termos em que,

Pede deferimento.

Imbituba/SC, 9 de junho de 2023.

---

**A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA**



**A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.**

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18